



BREVE ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB¹

TOSTA, Késia Silva.

Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais
kesia-tosta@hotmail.com

SOUZA, Luana Hespagnol.

Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais
hespagnol.luana@gmail.com

NEY, Marlon Gomes.

Professor do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais
marlonney@uenf.br

627

RESUMO

O trabalho realizou um breve panorama da trajetória da educação brasileira. O nosso foco foi o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007 pelo INEP visando medir a qualidade educacional do ensino básico no Brasil, permitindo saber o desempenho de cada uma das escolas brasileiras. O objetivo central do trabalho foi realizar uma breve análise dos resultados do IDEB para quatro municípios do Rio de Janeiro (Cambuci, Campos dos Goytacazes, Itatiaia e Rio de Janeiro), e discutir seu papel como formulador de políticas públicas. Além disso, foram utilizados 170 questionários aplicados em cinco escolas públicas estaduais, localizadas no município de Campos dos Goytacazes, com o intuito de analisar o fluxo escolar, um componente do IDEB, a partir da ótica dos professores. Concluímos que o IDEB não parece ser suficiente para medir a qualidade das escolas brasileiras.

Palavras-chave: IDEB. Fluxo Escolar. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The work talks about the trajectory of Brazilian education. The focus was IDEB (indicator of Brazilian basic education), created in 2007 by INEP. The objective of IDEB is measure educational quality of basic education in Brazil, allowing to know the performance of each of the Brazilian schools. The central objective of this study was to conduct a brief analysis of the results of IDEB for four cities in Rio de Janeiro (Cambuci, Campos dos Goytacazes Itatiaia and Rio de Janeiro), and discuss its role in formulating public policy. In addition, were applied 170 questionnaires in five public schools located in Campos dos Goytacazes, in order to analyze the student flow, a component of IDEB, from the perspective of teachers. We conclude that IDEB not seem to be enough to measure the quality of Brazilian schools.

Key-words: IDEB. School Flow. Rio de Janeiro.

¹ Agradecimento a CAPES que fomenta o projeto e a FAPERJ.



INTRODUÇÃO

Uma boa educação garante as pessoas conhecimento sobre seus direitos e deveres como cidadãos. Na constituição de 1988, a educação brasileira alcança caráter democrático e universal, com isso o Estado passa a ter obrigações na garantia do acesso ao ensino, *in verbs*:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dados de 1980 e 2002 mostram que o índice das crianças de 7 a 14 anos matriculadas aumentou de 81% para 97%. Com isso vemos que o Brasil vem alcançando progressivamente a questão da universalidade do acesso à educação (Silva, Moraes e Bof, 2006, p. 70). Contudo, alcançar um nível universal não é suficiente, é necessário também garantir a qualidade educacional, e para isso é necessário avaliar.

Em 2007 foi criado pelo INEP o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com o objetivo de avaliar a qualidade da educação. A partir dos resultados são criadas políticas públicas para melhoria da qualidade da educação. Contudo o IDEB tem sido questionado por sua metodologia de cálculo que leva em consideração o rendimento escolar. Além disso, alguns resultados do IDEB tem sido incompatíveis com a realidade, ou seja, o índice tem apresentado aumento, contudo a educação não tem mostrado melhoras significativas.

Assim, o objetivo central desse trabalho é realizar uma breve análise dos resultados do IDEB para quatro municípios do Rio de Janeiro (Cambuci, Campos dos Goytacazes, Itatiaia e Rio de Janeiro), nos anos 2007, 2009, e 2011 e discutir seu papel como formulador de políticas públicas. Dessa forma, foi realizada uma breve revisão bibliográfica sobre o direito educacional, organização da política no Brasil, avaliação de políticas sociais e a metodologia de cálculo do IDEB.

Por fim, serão explicitados resultados apreendidos a partir de 170 questionários em cinco escolas públicas estaduais (Liceu, Nilo Peçanha, José do Patrocínio, Benta Pereira e Visconde do rio Branco), localizadas no município de Campos dos Goytacazes, que teve como o objetivo analisar o fluxo escolar, um componente do IDEB, a partir da ótica dos professores.



Estudar o IDEB é de suma importância, haja vista que o instrumento vem servindo de base para tomada de decisões importantes dentro da política educacional.

DIREITO E POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

De acordo com Marshall (1967), a educação é um direito que subsidia todos os direitos fundamentais, que é o direito civil, político e social. Dessa forma,

[...] a assunção da educação como direito social, sua magnitude e importância são assim reconhecidos por envolver todas as dimensões do ser humano: o *singulus*, o *civis* e o *socius*. O *singulus* por pertencer ao indivíduo enquanto ele próprio, o *civis* por envolver a participação política nos destinos de sua comunidade e o *socius* por significar a igualdade e participação na repartição dos bens sociais de modo equânime e justo. (CURY, 2012. p.151)

Assim, a educação é tida como uma necessidade vital ao ser humano, sendo a base para a conquista integral da cidadania. Adelaide Alves Dias (2007) relata que a educação vai muito além de um direito, é um ‘elemento constitutivo’. Monteiro (2003, p.764) também contribui dizendo que a educação é um ‘primado antropológico, psicológico, moral, econômico, político e jurídico’.

A educação é um direito mundialmente conhecido, sendo já consagrado como um direito universal, tendo sido descrito em várias legislações, como: no Artigo 26 da Declaração universal dos direitos do homem; no Artigo XII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres da Humanidade (1948); Artigos 13 e 14 do Pacto internacional sobre os direitos econômicos, sociais e culturais (1966); Artigos 28 e 29 da Convenção sobre os direitos da criança (1989). Em todos esses documentos, é explicitada a importância e necessidade de contemplar a educação a todas as pessoas.

No Brasil a educação enquanto política vem se moldando desde 1930, mas de maneira bastante fragmentária e excludente até os anos de 1980 (SHIROMA, et.,al,2004). A partir da década de 1980, o país passou pela redemocratização, intensificação dos movimentos sociais, e em 1988 promulgou a nova Constituição, conhecida como “constituição Cidadã” (DAGNINO, 2004), onde as políticas sociais passaram a ser caracterizadas como universais, democráticas,



sendo obrigação e dever à garantia pelo Estado, e entre as políticas promulgadas está a educação.

A partir da Constituição de 1988 a educação é tida como direito político e civil, e reconhecida como o primeiro dos direitos, que é explicitado no artigo 6º. Esse reconhecimento, enquanto primogênito dos direitos no ordenamento jurídico, expressa o caráter essencial que a educação tem em relação ao ser humano, sendo um “fator indispensável da vida social”, posteriormente a educação básica foi ampliada enquanto investimento e dever do Estado brasileiro, abrangendo a faixa etária de 4 a 17 anos (CURY, 2012). Assim:

A proclamação da educação como direito foi se incorporando ao discurso dominante e, progressivamente, foi sendo também consagrada na ordenação legal, culminando com o disposto na Seção I [Da Educação], integrante do Capítulo III [Da Educação, da Cultura e do Desporto] do Título VIII [Da Ordem Social] da Constituição Federal vigente, promulgada em 5 de Outubro de 1988 [VITA, op.cit., p.182-184]. E o primeiro dispositivo dessa Seção, o artigo 205, proclama a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Não bastasse a clareza desse enunciado, a norma é reforçada pelos parágrafos 1º e 2º do artigo 208, os quais estabelecem que ‘o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo’ [§1º] e que ‘o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente’ [§2º] (SAVIANI, 2013, p.746).

Assim, com a Constituição de 1988, a política educacional além de ser responsabilidade e dever de todos, deve ser de qualidade, criando reais oportunidades a sua população alvo no que tange a melhoria, desenvolvimento e cidadania efetiva. Para alcançar esses objetivos foi proposto uma nova Lei de Diretrizes e Bases da educação em 1996, com planos e projetos educacionais.

Então, com a implementação das legislações educacionais, sendo dever do Estado cumpri-las, à luz de uma sociedade democrática, veio à necessidade de se acompanhar e avaliar a política da educação básica.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação de políticas sociais é de suma importância para a melhor implantação e desenvolvimento das intervenções. As políticas sociais que visam à qualidade necessitam da discussão e elaboração de políticas de avaliação.

De acordo com Terra (1989, p.17) a avaliação é algo que "pressupõe um conjunto de procedimentos técnicos destinados à verificação dos resultados de uma determinada ação"



(TERRA, 1989, p. 17). Ela é vista como instrumento a ser utilizado para se averiguar, com maior certeza, os rumos e resultados de uma intervenção.

Do ponto de vista da utilidade, uma boa avaliação visa a reduzir incertezas, a melhorar a efetividade das ações e a propiciar a tomada de decisões relevantes. Guia-se por quatro objetivos: oferecer respostas aos beneficiários, à sociedade e ao governo sobre emprego dos recursos públicos; orientar os investidores sobre os frutos de sua aplicação; responder aos interesses das instituições, de seus gestores e de seus técnicos; buscar sempre uma melhor adequação de suas atividades. (MINAYO, 2005, p.19)

A técnica de avaliação tem sua origem nos Estados Unidos nos anos de 1960. No Brasil começou nos anos de 1980, justamente com o fortalecimento dos movimentos sociais, redemocratização e promulgação das políticas públicas. Nesse momento houve uma maior criticidade sobre a investida de dinheiro público e a falta de direcionamento dos programas sociais, desembocando o fortalecimento sobre a utilização da avaliação de políticas sociais (SILVIA e SILVA, 2001).

No que tange a área de educação, as avaliações emergem desde os anos 1980/1990, sendo um campo importantíssimo, e que vem ganhando destaque entre os estudos e propostas governamentais. Na atualidade, o principal instrumento de avaliação da educação básica é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

O IDEB foi instituído em 2007, pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) visando medir a qualidade educacional do ensino básico no Brasil, permitindo saber o desempenho de cada uma das escolas brasileiras. Sua organização agrega dois conceitos para medir a qualidade educacional, que é o: fluxo escolar e a nota nas avaliações padronizadas pelo INEP, esses dois dados se somam e resulta em uma média que vai de 0 a 10 (CASTRO, 2009).

De acordo com o INEP², o IDEB é o indicador estatístico que tem o objetivo de melhorar a qualidade educacional brasileira, possibilitando o diagnóstico e atualização da situação escolar em todos os âmbitos, estabelecendo metas para a melhoria tanto individuais quanto intermediárias.

As metas que o IDEB deseja atingir é a evolução da educação básica, a partir dos índices estatísticos, e atingir o mesmo patamar que os países que fazem parte da OCDE (Organização

² Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-sao-as-metas>



para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Dessa forma, pretende-se sair da média nacional obtida em 2005 que foi 3,8, e atingir a média 6,0 em 2022.

Porém, muitos autores criticam a forma de avaliação da educação básica pelo IDEB, como Freitas (2007) que relata ser um instrumento que só obtém dados de maneira padronizada e mecânica, com o intuito de somente obter dados estatísticos, que para o autor só atendem às propostas liberais de responsabilização e privatização do ensino público. Araújo (2007, p.4) também critica dizendo que:

[...] o IDEB é mais um instrumento regulatório do que um definidor de critérios para uma melhor aplicação dos recursos da União visando alterar indicadores educacionais. O resultado de cada município e de cada estado será (e já esta sendo) utilizado para ranquear as redes de ensino, para acirrar a competição e para pressionar, via opinião pública, o alcance de melhores resultados.

A forma regulatória e concorrencial como vem se dando o IDEB, impactando na bonificação de professores, verbas, reeleição de governantes, vem intensificando a manipulação dos processos avaliativos, como por exemplo, incentivando os “melhores” alunos para a realização das provas, disponibilização de cursos específicos para o SAEB e Prova Brasil. Assim, o foco educacional é a obtenção de índices nesses sistemas a qualquer custo, invertendo as prioridades políticas (FREITAS, 2007).

O mesmo autor relata que o sucateamento da educação pelo poder público é negligenciado pela sociedade, que deposita a melhoria da educação nos alunos, professores, funcionários. A melhoria e universalização da educação vêm se ancorando na ideologia da meritocracia, que para o autor é o limite de desenvolvimento, pois no âmbito do mérito se esconde a questão da desigualdade social e se estipula indicadores “neutros”, como ocorre com o IDEB.

Para Freitas (2007) uma avaliação de qualidade, que realmente propicie melhorias efetivas a política educacional, deve vir articulada aos atores que fazem parte do processo escolar, que são professores, alunos e funcionários, devendo os mesmos travar um diálogo sobre o que seria qualidade, excluindo e incluindo critérios compatíveis a cada realidade.

Assim, diante do exposto percebemos a dualidade de opiniões sobre o IDEB, sendo necessária sua investigação e exploração para tentar localizar erros e acertos do mesmo, e propormos uma avaliação que realmente propicie melhorias na política educacional.



METODOLOGIA DE CÁLCULO DO IDEB³

Como já foi dito, o IDEB é um indicador que mede a qualidade da educação. Ele combina informações sobre exames padronizados, Prova Brasil ou Saeb, realizados pelos estudantes no final das etapas de ensino (4º série, 8º série e 3º série do ensino médio), com informações do fluxo escolar.

O cálculo geral do IDEB é dado pela equação abaixo:

$$\text{IDEB}_{ji} = N_{ji} P_{ji}; \quad 0 \leq N_j \leq 10; \quad 0 \leq P_j \leq 1 \quad \text{e} \quad 0 \leq \text{IDEB}_j \leq 10$$

Em que,

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j ;

A metodologia de cálculo do IDEB tem sido criticada, pois outras variáveis são importantes para avaliar a educação. Os resultados do indicador em alguns lugares tem apresentado distorção com a realidade, isso mostra que a educação tem sido deixada em segundo plano e o aumento do indicador tem se tornado o objetivo principal.

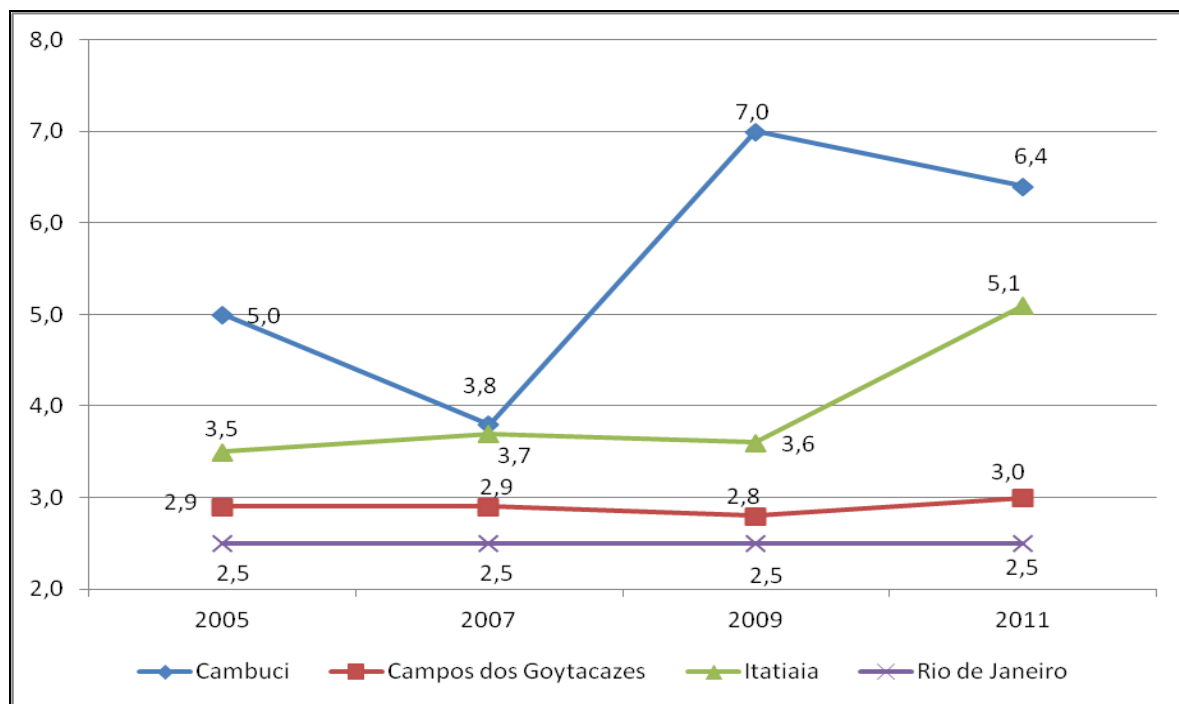
A figura 1 mostra o IDEB de quatro municípios do estado do Rio de Janeiro. Como se pode observar em 2007, Cambuci possuía IDEB igual a 3,8, passando para 7,0 em 2009. Isso mostra que o município superou a média esperada do Brasil que prevê alcançar 6,0 em 2022. Outro município que surpreende é o de Itatiaia com indicador igual a 3,6 em 2009 passando

³ Informação extraída do site: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaal_ideb/metodologias/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf
> Acesso em, 20 de Junho, 2014.



para 5,1 em 2011. Segundo o IBGE em 2009, Cambuci contava com 22 escolas de ensino fundamental e 4 de ensino médio, enquanto Itatiaia contava com 15 escolas de ensino fundamental e 2 de ensino médio. Já municípios grandes como o Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes mantêm um baixo IDEB de 2007 à 2011.

Figura 1- Evolução do IDEB em quatro municípios do estado do Rio de Janeiro, 2007, 2009 e 2011.



Fonte: Elaboração dos autores, IDEB/INEP, 2007, 2009 e 2011.

Diante do exposto no gráfico, nos faz questionar sobre a efetividade do IDEB enquanto uma confiável política de avaliação, haja vista que o município de Cambuci teve um agudo aumento no seu índice em apenas dois anos, superando inclusive o índice que o Brasil pretende chegar de acordo com INEP em 2022, que será a nota 6,0. Será que é possível uma abrupta mudança na qualidade da educação no tempo de dois anos? Será que a Prova Brasil e o Fluxo Escolar são variáveis suficientes para diagnosticar e avaliar a educação básica?

Pensando nessas perguntas, resolvemos ir a campo para ouvir dos professores da educação básica suas impressões e observações sobre o IDEB, onde na primeira etapa aplicamos 170 questionários a professores em 5 escolas do município de Campos dos Goytacazes/RJ sobre o Fluxo escolar, que é uma das variáveis que avalia a educação.



METODOLOGIA⁴

O trabalho presente foi desenvolvido em três etapas. A primeira consistiu em uma breve revisão bibliográfica sobre a educação brasileira e a criação do IDEB. Além disso, foi analisada a metodologia de cálculo do IDEB assim como resultados do indicador para quatro municípios do Rio de Janeiro (Cambuci, Campos dos Goytacazes, Itatiaia e Rio de Janeiro) para os anos de 2007, 2009 e 2011.

Como já relatado fomos a campo, e aplicamos Na segunda etapa foi aplicado 170 questionários em cinco escolas (Liceu, Nilo Peçanha, José do Patrocínio, Benta Pereira e Visconde do rio Branco) da rede estadual do município de Campos dos Goytacazes, tendo como alvo os professores do ensino básico. O principal objetivo do questionário foi recolher opiniões dos professores sobre a Prova Brasil e o Fluxo Escolar, componentes do IDEB. O questionário conta com sete questões sobre a Prova Brasil e oito sobre o Fluxo escolar. Contudo, o trabalho presente se dedica as questões sobre o fluxo escolar.

Na última etapa os dados dos questionários foram processados no programa SPSS. Foram desconsideradas as questões com duas respostas ou em branco.

OPINIÃO DOS PROFESSORES DE CINCO ESCOLAS DA REDE ESTADUAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES SOBRE O FLUXO ESCOLAR

O principal objetivo dos questionários foi obter opiniões dos professores sobre questões que envolvem as duas variáveis utilizadas para o cálculo do IDEB. A partir das opiniões podemos observar em que medida o IDEB tem sido efetivo enquanto indicador de qualidade da educação.

Medir a qualidade da educação é uma tarefa difícil, no debate sobre o tema não existe um consenso sobre a educação ideal, também não existe uma receita que deva ser seguida para atingir uma maior qualidade. A dificuldade aumenta, pois cada escola possui características

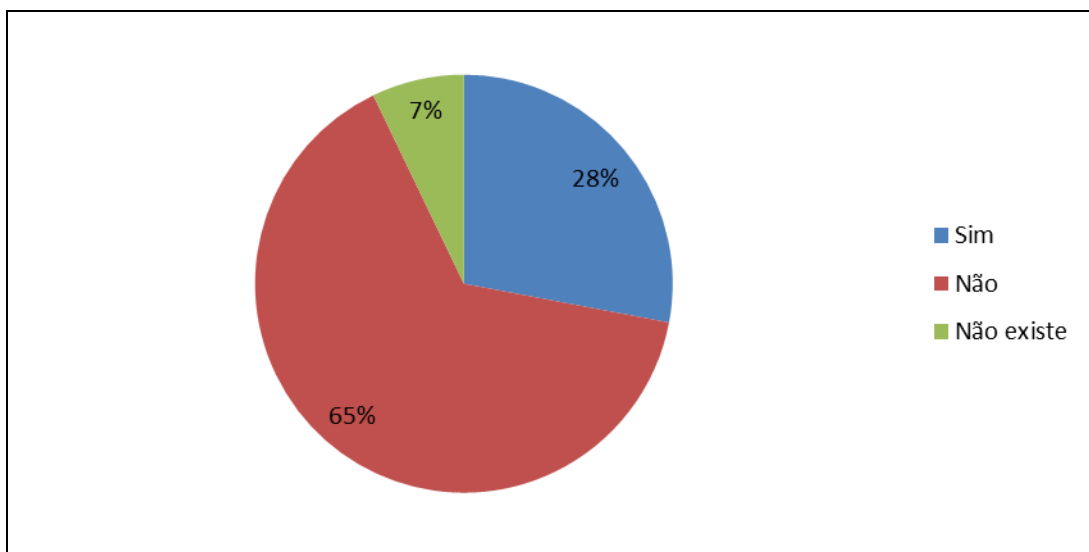
⁴ O trabalho presente faz parte de uma pesquisa em andamento que se denomina Índice de Desigualdade na qualidade da Educação no Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, do Observatório da Educação (OBEDUC), aqui serão mostrados alguns resultados já obtidos.



próprias influenciada pela sua localização, então se faz necessário pensar em políticas que levem em consideração as especificidades escolares.

A figura 2 representa a seguinte questão: “Você acha que a política do governo estadual de reforço escolar funciona bem em sua escola?”. Vemos que 65% dos professores acreditam que a política não funciona bem enquanto 28% acreditam que funciona e os 7% restantes dizem que tal política não existe. Com isso vemos que é necessário pensar em formas de melhorar o reforço escolar, a partir dele é possível auxiliar o aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem, contudo é necessário pensar políticas de reforço que mais se adequam as características da escola. A partir de uma política de reforço escolar bem elaborada é possível auxiliar na aprendizagem do aluno, com isso ele pode alcançar os níveis maiores da educação sem que seja necessária a aprovação automática.

Figura 2- Opinião dos professores em relação ao funcionamento das políticas de reforço escolar



Fonte: Elaboração dos autores, 2014.

A figura 3 representa a opinião dos professores sobre a reprovação, recuperação paralela⁵ e dependência⁶. No primeiro gráfico observamos que 65,1% dos professores acreditam que o governo tem criado mecanismos que dificultam o trabalho deles em relação aos que reprovam mais contra 34,9 que não acreditam. No segundo gráfico 60,4% não acreditam

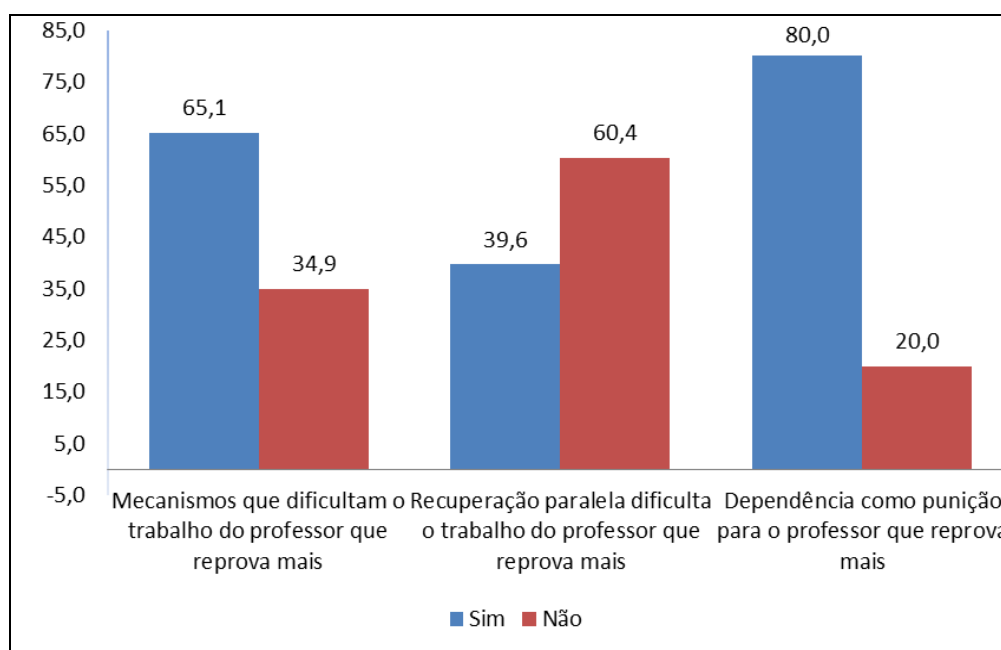
⁵ A recuperação paralela é o reforço bimestral que acontece para os alunos que obtém desempenho baixo, ocorre durante o ano regular, de preferência no período contrário ao das aulas regulares, vem disposto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9394/96, na deliberação 07/97 e Indicação CEE 08/97 (BELTHER, 2005).



que a recuperação paralela dificulta o trabalho do professor que reprova mais contra 39,6% que acreditam. No último gráfico, 80% dos professores acreditam que a dependência funciona como punição para aquele que reprova mais, enquanto 20% pensam o contrário.

A partir desses dados podemos perceber que aprovação automática vem sendo estimulado pelo governo de acordo com os professores, fazendo elevar o índice do IDEB para mais, pois o professor que reprova os alunos é punido em relação ao aumento da sobrecarga de trabalho, sem o menor estímulo salarial. Assim, o índice do IDEB se eleva, porém, comprometendo a efetiva melhora da qualidade escolar, haja vista que pela falta de estímulo ao professor, ele vai aprovando os alunos, sem ocorrer a verdadeira assimilação dos conteúdos.

Figura 3- Opinião dos professores em relação à recuperação paralela e à ausência da remuneração para o professor que aplica dependência.



Fonte: Elaboração dos autores, 2014.

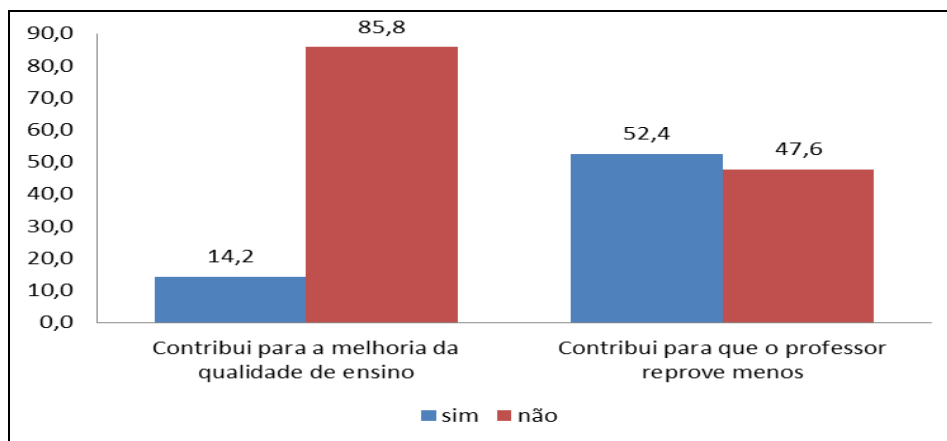
A figura 4 mostra a opinião dos professores em relação à política de bonificação por resultado da escola no IDEB. Enquanto 85,8% não acredita que tal política contribua para a melhoria da qualidade de ensino, 14,2% acreditam que sim. E por último, 52,4% acreditam que tal política contribui para que o professor reprove menos contra 47,6% que acreditam que não contribui. Assim, os professores não concordam em maioria, que a bonificação e premiação aos

⁶ A dependência é a oportunidade que o aluno que reprovou em até três matérias, prosseguir para a série seguinte, DESENVOLVIMENTO DOS NÍVEIS DE LEITURA NO ENSINO MÉDIO - PEDROSA, Andressa Teixeira; CRISÓSTOMO, Monique Teixeira; LUQUETTI, Eliana Crispim França



professores por escola recebem, de acordo com o índice do IDEB, não serve para efetivamente melhorar a qualidade educacional, pelo contrário só acirra a disputa entre professores e escolas, desunindo ao invés de unir, e propiciando a busca desenfreada e simplesmente do índice alto e não da real melhoria educacional. A ideia do IDEB é avaliar a educação de forma que os resultados sirvam de ferramenta para a criação de políticas públicas que melhorem a educação. A partir do momento que o índice apresenta aumento, contudo a educação não apresenta grande evolução a existência do IDEB perde sentido, sendo apenas mais um índice.

Figura 4- Opinião dos professores em relação à política de bonificação por resultado da escola no IDEB.



Fonte: Elaboração dos autores, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho mostra a necessidade de reformulação do IDEB que tem apresentado contradições. Acreditamos na necessidade de ferramentas que auxiliam na tomada de decisões e criações de políticas públicas voltadas para a educação, contudo analisar a Prova Brasil e o Fluxo escolar não é suficiente para medir a qualidade, são dados fáceis de manipulação e que tem apresentado distorções com a realidade.

Vemos a necessidade da maior participação dos professores na criação de políticas públicas, pois são atores importantes que se encontram no ambiente escolar. Além da Prova Brasil e o Fluxo escolar, é necessário pensar em outras variáveis que afetam a qualidade da educação, com isso será possível a criação de um índice que chegue mais próximo possível da

porém cursando as matérias anteriores que o fez reprovar.



realidade das escolas. Além disso, devem ser consideradas as especificidades de cada escola que são influenciadas pelo ambiente que estão localizadas.

O trabalho presente faz parte de uma pesquisa maior que está em andamento. Aqui apresentamos alguns resultados, pretendemos em outro artigo mostrar outros resultados além de comparar o IDEB das escolas brasileiras com a nota média do ENEM pelos alunos matriculados. Com isso poderemos ver se as escolas com maior IDEB também possuem a maior nota média no ENEM.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, L. Os fios condutores do PDE são antigos. 2007. Disponível em: <http://www.redefinanciamento.ufpr.br/araújo2.pdf>.

BOF, A. M.; *et al.* **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 236p.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo Perspc.**, São Paulo, v.23,n.1,p.5-18, jan./jun.2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía e FÁVERO, Osmar. A relação educação – sociedade – estado pela mediação jurídico-constitucional. In: FÁVERO, Osmar (org.) **A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Em Daniel Mato (coord.), **Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización**: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95 – 110.

DIAS (2007)

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação Sociedade**, Campinas, vol.28, n.100, out. 2007.

MARSHALL T.H. **Política Social**, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967.

Metodologia do IDEB. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/metodologias/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf > Acesso em, 20 de Junho, 2014.



MINAYO, Maria Cecília de S. Conceitos de avaliação por triangulação de métodos. In: Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Org. Maria Cecília de Souza Minayo, Simone Gonçalves de Assis e Edenilson Ramos de Souza. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. O pão do direito à educação. **Educação Social**, Campinas, vol.24, n.84, setembro 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos do Homem. Adotada e aprovada em Assembléia Geral da ONU no dia 10 de dezembro de 1947. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em 01 de Março de 2014

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação Sociedade**, Campinas, v.34, n.124, p.743-760, jul-set. 2013

SHIROMA, Eneida Oto et. al. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, 3ª edição.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001.

TERRA, Luiz de Gonzaga Souza et al. **Avaliação em Serviço Social**. Belém: CEJUP, 1989.